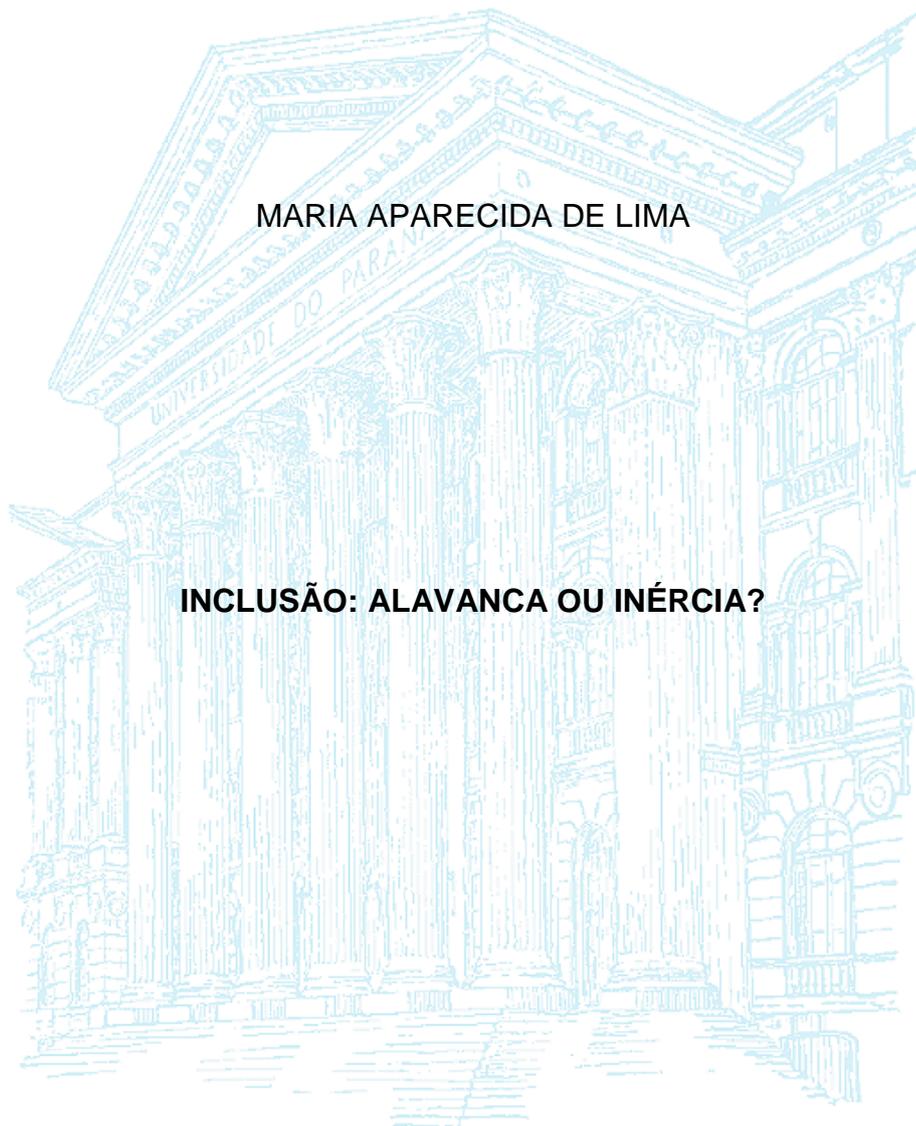


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

MARIA APARECIDA DE LIMA

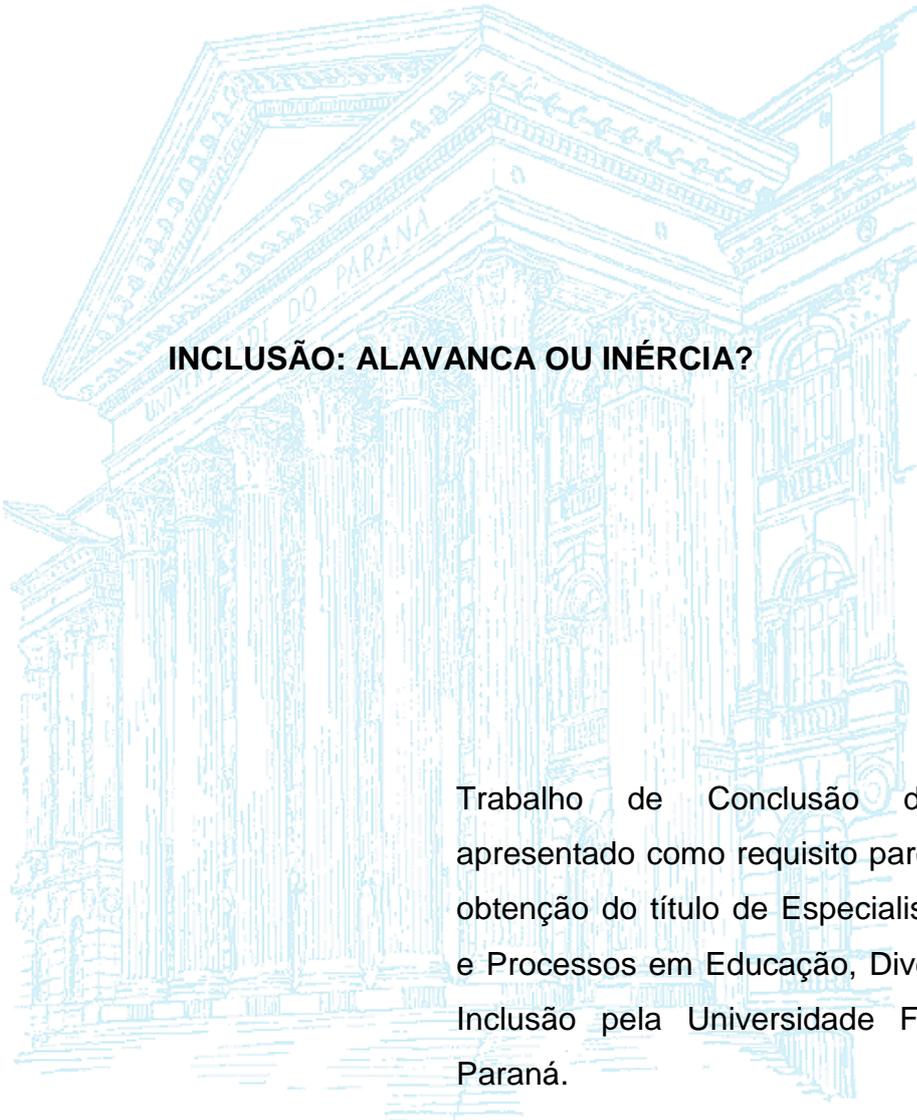
**INCLUSÃO: ALAVANCA OU INÉRCIA?**



MATINHOS

2015

**MARIA APARECIDA DE LIMA**



**INCLUSÃO: ALAVANCA OU INÉRCIA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Edna Mayer Vergara

**MATINHOS**

2015

## SUMÁRIO

Resumo.....	01
Introdução .....	01
Deficiência.....	02
Atendimento Educacional.....	03
Considerações Finais.....	05
Referências .....	06

# INCLUSÃO: ALAVANCA OU INÉRCIA?

LIMA, Maria Aparecida de <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir as percepções e angustias expressas pelos Educadores ou Gestores, quando se deparam com situações de Inclusão direta, sem a devida orientação. Partindo do pressuposto de que a gestão pública deve afinar-se com a ideia de gestão social, pautada na solidariedade e no respeito, e que inclusão é um processo complexo e humano, que se caracteriza por ser, dialético, pluridimensional e exponencial de construção de culturas, desenvolvimento de políticas e orquestração de práticas. As análises apontam para aspectos relativos a uma gestão de cunho social, embora a predominância seja a de uma gestão educacional ainda voltada para a concepção estratégica, organizada sob a lógica da competitividade e, conseqüentemente, da exclusão. Se evidenciam também ações empíricas, onde o educador se vê diante de algo e busca soluções partindo de sua prática e não de algo estruturado e cientificamente testado. Este padrão de acontecimentos traz conseqüências muitas vezes desastrosas e de exclusão ainda maior.

**Palavras-chave:** Inclusão. Exclusão. Gestão Social. Práticas. Conseqüências.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da experiência de multiplicação do curso de Gestão em Processos de Educação, Diversidade e Inclusão, onde os cursistas tiveram participação efetiva falando de suas angústias em relação ao processo de inclusão direta, sem a devida orientação ao professor em sala de aula. Discurso esse que ainda permanece no meio acadêmico e que paralisa alguns educadores na busca de uma solução viável que preze pelos direitos especiais dos educandos e que os faça estar longe das práticas segregacionistas e do isolamento tão comum quando não se sabe o que fazer.

---

<sup>1</sup> Formação em Pedagogia com Habilitação nos Anos Iniciais e em Educação Especial pela Faculdade de Pinhais - FAPI. Concursada em Educação Especial pelo Estado do Paraná, atualmente cedida para escola conveniada, como gestora na Educação Especial – APAE. E-mail: marialima@seed.pr.gov.br

É perceptível que alguns buscam romper barreiras e se superam em soluções inovadoras, porém, não são poucos os que se paralizam pautados na ausência de conhecimento, declarando impossibilidade de atendimento se dizendo não estarem preparados para a Inclusão.

## **DEFICIÊNCIA**

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência podemos definir a pessoa com deficiência da seguinte forma: são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

O curso de Especialização Educação em Direitos Humanos, no módulo 3, apresenta as seguintes definições para deficiência: Decreto Nº 3298/99 - regulamenta a lei 7853/89 e define deficiência da seguinte forma: I – deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III – incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Decreto Nº 5296/04 - regulamenta as leis 10.048 e 10.098/2000 § 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto: I - pessoa “portadora” de deficiência: que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: a) deficiência física; b) deficiência auditiva; c) deficiência visual; d) deficiência mental; e) deficiência múltipla. Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência 2008: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

A deficiência pode se apresentar nas áreas mental, sensorial ou motora, podendo ser pura ou com alguma comorbidade.

A deficiência na área mental pode se apresentar com a deficiência intelectual, os transtornos funcionais específicos de leitura (dislexia), de escrita (disgrafia e disortografia), de matemática (discalculia), Transtorno do Déficit de Atenção (TDA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Os transtornos globais do desenvolvimento se apresentam com quadros de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, interesses restritos na comunicação podendo apresentar movimentos estereotipados e repetitivos entre eles estão o autismo, síndrome de rett e outros.

Pessoas com Altas Habilidades Superdotação apresentam um funcionamento acima da média esperada com potencial em áreas isoladas ou combinadas (intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, podendo ser altamente criativos.

## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL**

Profissionais em diversas escolas se sentem pressionados e acuados quando se trata de inclusão, são pouco orientados e não conseguem apresentar um plano de trabalho adequado e coerente com as necessidades de cada aluno. Procuram apenas cumprir o que determina o estado e não buscam soluções adequadas para o desenvolvimento ideal do grupo. Segundo CURY, 2008, “ é preferível ter uma memória mediana, mas que procura desenvolver a intuição criativa, libertar o imaginário, o altruísmo, a autocrítica, o gerenciamento da psique, do que ter um córtex cerebral privilegiado e não saber o que fazer com o estoque de dados arquivados.

Ao buscar a excelência nos outros, temos de entender que não há pessoas destituídas de inteligência, mas pessoas que não aprenderam a decifrar os códigos que libertam seu potencial intelectual. Não há pessoas mentalmente medíocres, mas mentalmente inertes, conformistas, paralizadas pelo medo de ousar. Procurar a excelência é trinar nosso intelecto para trazer à tona o ouro que se esconde no terreno acidentado das nossas dificuldades e limitações. CURY (2008, p. 177)

Acreditar no potencial de cada aluno é entender que tempos diferentes não necessariamente indicam conhecimentos diferentes. A escola inclusiva acolhe a todos e respeita suas diferenças. Muitas vezes a dificuldade maior está no profissional que a

atende, que munidos de preconceito limitam suas condições. CURY, 2008, indica que “Nossos comportamentos poderão ter inúmeras decorrências, sejam imediatas ou futuras. Pensar nas conseqüências dos comportamentos é a base para construirmos um futuro saudável alicerçado em um presente saudável.

Em organizações democraticamente administradas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades do cliente. Ao se referir a escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico. LUCK, FREITAS, CIRLING & KEITH (1998, p. 15)

A escola na maioria das vezes não exerce seu papel decisivo no desenvolvimento de mentes pensantes e criativas. O Estado é falho nos investimentos e compromisso com a de qualidade, na qualificação dos profissionais que estão diretamente ligados a inclusão porém, esperar tudo pronto e perfeito não trará a mudança necessária. É preciso investir em ações que partam da prática pedagógica e assim buscar meios para a cobrança do Estado.

Alertamos para um problema sério: não se podem em hipótese nenhuma, deixar a escola regular como está, sem se preparar para a inclusão, apenas por medo, insegurança e despreparo em receber alunos com deficiência. É fundamental investir em formação de professores, materiais pedagógicos especiais, metodologias adequadas e tudo aquilo que puder tornar a vida de um aluno numa escola regular a melhor possível. Todos tem o direito de serem felizes na escola. BUDEL & MEIER (2012, p. 47)

A verdadeira inclusão é muito maior que recursos financeiros, é atitude e criatividade de cada professor e gestor ao se ver diante de uma realidade posta. É preciso estar aberto e investir tempo e disposição para criar recursos para a verdadeira inclusão e assim abrir caminhos que antes estavam fechados. É exigir dos responsáveis capacitação e orientação necessárias para o atendimento adequado.

A inclusão nos faz sair da zona de conforto e pode nos levar a duas vias. Uma delas nos faz buscar novos caminhos e criar novas oportunidades para nosso aluno e para nossos conhecimentos. Outra nos paralisa, nos faz sentir medo de falhar e impede que novas conexões sejam feitas e ainda, limita a aprendizagem de nosso aluno.

Os quadros vistos apontam a grandiosidade das estatísticas da Educação Básica de um lado e, de outro, a participação ainda diminuta dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. É importante examinar esses números para compreender o desafio que nos aguarda para a construção de vias efetivas que levem acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. CARNEIRO (2011, p. 80)

A inexpressividade das matrículas de inclusão se deve a uma gama de fatores, em especial causas estruturais do sistema educacional brasileiro. Segundo CARNEIRO, 2011, “nem as condições nem os sistemas de ensino limitam o direito à igualdade dessas pessoas, mas sim, delimitam o quadro de condições para poder atender adequadamente às demandas que se apresentam”.

Segundo pesquisa apontada na revista Deficiência Intelectual, janeiro/dezembro de 2013, a inserção de alunos com deficiência no ensino Regular, vindos da Apae de São Paulo, se caracterizou em uma experiência de sucesso e ocasionou grandes ganhos aos alunos inseridos que evidenciaram desenvolvimento acima do esperado, enquanto os que ficaram e não foram inseridos apresentaram desenvolvimento inferior ao esperado.

Esta pesquisa evidencia o quanto é necessário que haja a inclusão, sem falsos limites, e o quanto é necessário dar oportunidades para que se demonstre potencial e possível desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que é perceptível é uma grande angústia por parte dos professores, atores diretos na inclusão escolar e indiretos na inclusão social, com respostas diferentes às situações de inclusão. Evidente que ao se falar de inclusão somos envolvidos em processos pessoais e diferentes formas de lidar com cada situação. O processo de inclusão por si só é carregado de exclusão.

Pode-se dizer que, se todos tivessem seus direitos garantidos a inclusão não existiria.

Nas conversas e trabalhos realizados na multiplicação se evidenciou a necessidade de envolver a comunidade escolar na busca de soluções para o atendimento às pessoas

com necessidades especiais e despertar o desejo de conhecer e criar alternativas para que todos possam realmente serem incluídos no meio acadêmico e social, sem distinção.

Fica claro que alguns profissionais não se intimidam com situações de inclusão onde ainda não tenham experiência e conseqüentemente apresentam dúvidas em relação ao trabalho a ser realizado. Por vezes, os profissionais procuram descobrir e acabam por fazer um bom trabalho e até mesmo inovam e se sobressaem. Porém, o contrário também acontece onde alguns paralisam e não avançam deixando para trás evidências de uma inclusão que se tornou exclusão.

É grande a preocupação com a inclusão de pessoas com deficiências e maioria das vezes pouco se preocupa com a inclusão cultural dos subalternizados, dos marginalizados, que continuam invisíveis à sociedade.

É evidente que a preocupação também fica menos visível com alunos com Altas Habilidades/Superdotação, o mito de que eles conseguem se virar sozinhos ainda faz com que não sejam respeitados em suas necessidades e conseqüentemente não recebam atendimento adequado. Ao serem ignorados, muitos se perdem, buscando um mundo mais atrativo, de crimes, onde realmente são notados.

As discussões tem se intensificado e sem dúvidas há avanços significativos porém, ainda longe de ser ideal.

Esta multiplicação nos leva a refletir e querer mais. Querer adentrar nos espaços onde a mudança pode acontecer de fato. Buscar estar próximos das comunidades onde se evidência inúmeras privações culturais e sociais.

## REFERÊNCIAS

OLHER & GUILHOTO. Roseli e Laura M. F. F. **Educação Inclusiva e a Transição da Escola Especial**. Revista Deficiência Intelectual. Ano 3, Número 4-5 Janeiro/Dezembro 2013.

CURY, Augusto. *O código da inteligência*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

FERREIRA & OLIVEIRA, Eliza Bartolozzi & Dalila Andrade. *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves. *O acesso de alunos com deficiência às escola e classes comuns, possibilidades e limitações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BUDEL & MEIER, Gislaine Coimbra e Marcos. *Mediação da aprendizagem na educação especial*. Curitiba: Ibpex, 2012.

LUCK, FREITAS, CIRLING & KEITH, Heloisa, Katia, Robert & Sherry. *A escola participativa, o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

<http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>, acesso em 05/02/2015.